

CONTEXTO SOCIAL E DESIGUALDADE ESCOLAR: DESAFIOS E PERSPECTIVAS NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

Thais Gomes de Vasconcelos ¹
Tays de Sousa Santos ²
Taiane de Sousa Santos ³

RESUMO

A história da educação brasileira apresenta processos de avanços e retrocessos em relação à garantia de educação pública e gratuita de qualidade. Percebe-se que as conquistas no campo educacional são marcadas por lutas e resistências, pois referir-se à educação pública no Brasil significa uma ação constante em busca da concretização da qualidade educacional. Neste artigo abordamos o quanto a desigualdade social, que faz parte do cotidiano da maioria dos educandos da escola pública, desdobra-se nas salas de aulas. No Brasil, tais desigualdades ficaram ainda mais evidentes durante a pandemia de COVID-19, em que as aulas remotas foram possíveis para uma parcela dos estudantes, enquanto outros buscaram formas alternativas para continuar os estudos, isto é, deslocando-se a escola para buscar as atividades impressas, compartilhando o único recurso digital disponível com outras pessoas de casa, por vezes não podendo acompanhar as aulas. Essa realidade alargou o abismo entre as classes populares e o direito à educação. A partir dos diálogos e textos estudados no componente curricular “Educação brasileira”, ministrado no Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE), da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), surgiu o interesse em tratar dessa temática. A metodologia utilizada consiste em uma pesquisa de cunho bibliográfico, tendo como referencial teórico os seguintes autores: Libâneo (2006), Gadotti (2010), Perrenoud (2000). Também apresentamos o documentário “Nunca me sonharam”, direção de Cacau Rhoden, o qual expõe os desafios do acesso e permanência dos estudantes em uma escola pública no Brasil e as expectativas dos próprios educandos sobre o processo educacional. Assim, a gestão democrática, a aproximação da escola com a comunidade local, a participação ativa dos educandos na escola, a reivindicação ao poder público de investimentos educacionais e a elaboração e efetivação de políticas públicas sociais são possibilidades de enfrentamento às problemáticas ocasionadas pelas desigualdades tão presentes no contexto escolar.

Palavras-chave: Educação pública, desigualdade escolar, Contexto social, Classes populares, Educação brasileira.

INTRODUÇÃO

A educação brasileira, historicamente, é marcada por desigualdades, desde o acesso ao sistema escolar até a exclusão dentro do próprio sistema social. Compreender a educação formal é um grande desafio para os(as) estudiosos(as) da educação, uma vez que nela estão envolvidos vários interesses, sejam eles de cunho político, econômico ou social.

¹ Mestra em educação pela Universidade Federal da Paraíba- UFPB, vasconcelosthahis@gmail.com;

² Mestra em educação pela Universidade Federal da Paraíba - UFPB, taysousa95@gmail.com;

³ Graduada em Letras - Língua Portuguesa pela Universidade Federal da Paraíba - UFPB, taianesousasr@gmail.com

Este artigo é fruto das reflexões realizadas no programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da Universidade de Federal da Paraíba (UFPB), no componente curricular Educação Brasileira, juntamente com as inquietações sobre as desigualdades sociais no âmbito educacional no período pandêmico, onde observamos o aprofundamento das desigualdades educacionais a partir das tomadas de decisões dos governantes para minimizar o impacto na formação de várias crianças e jovens do Brasil.

Todavia, mais uma vez a desigualdade social reflete na prática educacional, pois ainda que todos estivessem vivenciando um momento de grande tensão em torno do amanhã, diante das incertezas do viver e de um governo negacionista quanto a veracidade das vacinas, observa-se que enquanto alguns alunos tinham seus próprios computadores para assistirem suas aulas num formato remoto, outros tiveram que se adaptar compartilhando o único recurso digital disponível com outras pessoas de casa ou deslocando-se à escola para buscar as atividades impressas.

Nesse sentido, observa-se que se alargou o abismo entre as classes populares e o direito à educação e às incertezas quanto ao futuro, pois “[...] no contexto da pandemia o direito a frequentar a escola é posto em segundo plano no intuito de preservar outro direito, ainda mais fundamental, aquele do direito à vida” (GUIZZO, MARCELLO, MÜLLER, 2020, p. 3). Assim, foi necessário a reinvenção do cotidiano modificando vários cenários da sociedade, entre elas a relação família e tecnologia; família e escola; família com o estudante e política educacional e a escola cujo repensou a relação professor, escola, aluno e família de acordo com a realidade de cada lugar do Brasil.

Desse modo, o desafio atingiu vários setores e sujeitos. Com relação às políticas públicas da educação é preponderante enfatizar sua responsabilidade de amenizar as desigualdades, destinando recursos financeiros aos municípios e estados com o objetivo de garantir uma educação pública com qualidade.

Entretanto, concordamos com Gadotti (2010), que influenciado pelos ideais freirianos⁴ de educação, amplia a reflexão sobre qualidade educacional e aponta que há diversas perspectivas sobre o tema, porém, ressalta a concepção técnica e política de qualidade. A primeira diz respeito a estratégias visando a concretização dos objetivos educacionais, a segunda abrange o que compreendemos sobre educação, qual educação queremos, em qual educação acreditamos, isto é, a concepção de educação.

⁴ Paulo Freire foi um educador brasileiro, conhecido nacionalmente e internacionalmente pela contribuição que concedeu à educação brasileira ao propor um sistema de educação com as classes populares.

As práticas pedagógicas são políticas, pois à medida que o sistema educacional expressa em seu projeto pedagógico os objetivos educacionais, optando por determinadas metodologias, recursos e formas de avaliar os estudantes, está se posicionando politicamente sobre a educação que acredita ser a ideal para aquele público.

Tratando-se especificamente dos estudantes oriundos das classes populares, a qualidade da educação a qual acreditamos é mediada pela criticidade, responsabilidade social e autonomia. Fornecer meios para que os educandos tenham a possibilidade de fazer escolhas sobre seu presente e futuro, não condicionando-os ao trabalho meramente técnico.

Educação no sentido de, conforme Gadotti (2010, p. 13), “Educar com qualidade sociocultural e socioambiental significa educar para o respeito à diversidade cultural, educar para o cuidado em relação aos outros e ao meio ambiente, rejeitando qualquer forma de opressão ou de dominação”. Isto posto, verifica-se que a qualidade em educação compõe-se de vários fatores, inclusive de uma educação com a vida.

Respeito ao próximo, valorização cultural, cuidar do meio ambiente e aprender a ser sustentável em um mundo que consome cada vez mais e pouco preserva e/ou conserva a natureza são aprendizagens que representam, de fato, a qualidade educacional.

Historicamente, a educação que predomina nas escolas públicas é a tendência tradicional, em que os estudantes reproduzem os conteúdos repassados pelo professor, sendo esse a autoridade na sala de aula. Por outro lado, reconhece-se que a educação, atualmente, engloba questões que vão além da assimilação de conteúdos, pois envolve aspectos de cunho ambiental, socioemocional, tecnológico, etc, os quais perpassam todo o currículo da educação básica.

Concordamos com Freire (1997, p. s./p.), que aponta um dos saberes necessários à prática educativa diante das rápidas transformações no campo educacional, assim “Outro saber de que não posso duvidar um momento sequer na minha prática educativo-crítica é o de que, como experiência especificamente humana, a educação é uma forma de intervenção no mundo.”

Intervir no mundo de forma crítica, com responsabilidade social e consideração com o bem comum é um dos objetivos da educação crítica. Em vista disso, qualidade educacional conecta-se às demandas da vida dos educandos, em outras palavras, possui o sentido de promover qualidade de vida.

Assim, este artigo tem por objetivo compreender sobre a educação brasileira tendo em vista o contexto social que envolve os alunos(as) do ensino médio. Tomando como ponto reflexivo inicial às inquietações quanto ao futuro dos jovens antes da pandemia através do

documentário “Nunca me sonharam”, direção de Cacau Rhoden e seguindo nossas reflexões sobre o período histórico da pandemia que ocorreu com mais intensidade nos anos de 2020/2021.

METODOLOGIA

Metodologicamente, este trabalho consiste em uma pesquisa de cunho bibliográfico, tendo como referências os trabalhos que abordam a relação ensino, aprendizagem e desigualdades sociais. De acordo com Köche (2011, p. 122), “A pesquisa bibliográfica é a que se desenvolve tentando explicar um problema, utilizando o conhecimento disponível a partir das teorias publicadas em livros ou obras congêneres.” Utilizamos artigos e livros que tratam a temática abordada neste artigo.

Alguns autores que contribuíram para o desenvolvimento deste trabalho foram: Libâneo (2006); Pies (2012); Perrenoud (2000); Gadotti (2010), Freire (1997); e o audiovisual “Nunca me sonharam”, direção de Cacau Rhoden.

Portanto, o aporte teórico apresenta alguns conceitos que contribuíram para uma compreensão mais abrangente acerca das questões sociais, políticas e econômicas relacionadas à educação, especialmente das crianças e jovens pobres.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O contexto da educação pública brasileira é permeado por múltiplos desafios: infraestrutura precária; violência escolar; desvalorização salarial de professores(as); elevado índice de evasão; poucos investimentos; educandos(as) e educadores(as) desmotivados(as) etc. Percebemos que as problemáticas que contornam a educação escolar pública não são poucas e também não serão resolvidas de forma imediata, pelo contrário, são necessários investimentos e políticas públicas voltadas para a área educacional.

No âmbito escolar, especificamente na educação pública, encontra-se um público que, em sua maioria, advém das classes populares. Neste sentido, reconhecemos que o âmbito escolar está integrado a dinamicidade da vida de todos os indivíduos que compõem esse espaço, ou seja, os sonhos, anseios, medos, dificuldades e desejos se entrelaçam ao principal papel assumido pela escola: promover aprendizagens. Tais aprendizagens estão articuladas ao desenvolvimento da autonomia dos educandos, tornando-os capazes de pensar criticamente, pois:

A prática educativa, portanto, é parte integrante da dinâmica das relações sociais, das formas de organização social. Suas finalidades e processos são determinados por interesses antagônicos das classes sociais. No trabalho docente, sendo manifestação da prática educativa, estão presentes interesses de toda ordem - sociais, políticos, econômicos, culturais - que precisam ser compreendidos pelos professores (LIBÂNEO, 2006, p. 21).

Deste modo, a escola assume um papel que está vinculado às questões sociais, tendo em vista que a ação pedagógica também é política. A prática pedagógica do(a) professor(a) é permeada por intencionalidades. Uma proposta pedagógica em que os educandos bastam ouvir e reproduzir os conhecimentos transmitidos pelo professor pouco ou nada contribui para a modificação da estrutura social. Por outro lado, práticas pedagógicas que consideram os conhecimentos prévios dos educandos, tornando os conhecimentos significativos, tendem a despertar o interesse pelo ambiente escolar e, conseqüentemente, a assimilação dos conteúdos de forma crítica.

Tal discussão pode ser vista no documentário “Nunca me sonharam” (2017), com direção de Cacau Rhoden. O documentário expressa de forma tocante a realidade escolar de jovens em um contexto social de desigualdade, fazendo ecoar as vozes de estudantes do ensino médio de diversos lugares do Brasil. Além disso, especialistas (psicanalista, economista, professores/as) trazem seus olhares sobre a juventude e a relação estabelecida com a educação escolar.

A princípio, é apresentado o artigo 205 da Constituição Federal, atribuindo a educação como um direito de todos e dever do Estado e da família, apontando a sociedade como colaboradora e incentivadora para a sua concretização, tendo como objetivos o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para a cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Porém, na prática muito ainda tem a se pensar na qualidade dessa oferta. PIES (2012, p, 41) ressalta que:

[...] as desigualdades sociais e econômicas não poderiam ser superadas apenas através da educação, bem como, o simples acesso à educação não poderia resolver e garantir o princípio da igualdade de oportunidades entre os indivíduos. Era necessário, para garantir a igualdade de oportunidades entre os cidadãos, levar em consideração não somente o desempenho dos dons individuais, mas sim, a origem social dos alunos.

O pensamento de Pies (2012) nos remete a importância de refletir a respeito das desigualdades sociais, muito embora estejamos cientes que pessoas não nascem com dons como ele apresenta. Outro ponto notório da nossa realidade educacional é a ausência ou pouco investimentos do poder público nas instituições de ensino e a participação de algumas

famílias no processo educacional dos filhos. Essa falta de apoio familiar pode ser vista no relato de um dos jovens no documentário:

Como meus pais não foram bens sucedidos na vida eles também não influenciavam, não me davam forças para estudar. Achava que quem entrava na universidade era filho de rico. Acho que eles também não acreditavam que pobre podia ter conhecimento, pudesse ser inteligente, sabe? Para eles no máximo era terminar o ensino médio e arrumar um emprego, trabalhar na roça, tipo vendedor, alguma coisa do tipo. Acho que nunca me sonharam sendo um psicólogo, um professor. Nunca me sonharam sendo um médico. Eles não sonharam e não me ensinaram a sonhar. Aprendi a sonhar sozinho.

Nesse sentido, embora o direito à educação e sua gratuidade seja um dos princípios constitucionais, percebe-se que sua universalização ainda não é uma realidade de todos os jovens brasileiros, tanto por motivo inerente a sua realidade familiar como também da estrutura física e pedagógica do sistema de ensino.

Os relatos dos(as) professores(as), gestores(as) e estudantes aparecem no decorrer do audiovisual e são tocantes, pois refletem o engajamento dos sujeitos que vivenciam o cotidiano da escola pública, expondo suas emoções e formas de enxergar o mundo. Além disso, é perceptível os sonhos dos jovens e as expectativas com relação ao futuro. Frustrações, objetivos não concretizados, medo do futuro, esperança, enfim, uma diversidade de sensações estão presentes em suas falas.

Alguns(as) jovens expressam a necessidade de conciliar os estudos com o trabalho, outros/as optam pelo trabalho e deixam os estudos para outro momento da vida, afinal, contribuir para o sustento da família se apresenta como uma questão de sobrevivência. Algumas jovens, devido a gravidez precoce, se veem impossibilitadas de prosseguir com os estudos, outras mesmo com dificuldades continuam a estudar.

Uma das falas mais marcantes, que representa o esforço dos funcionários para uma educação diferenciada, é a de André, gestor de uma escola pública que se auto desafia a fazer um trabalho diferenciado com os denominados “piores alunos da escola”. Assim, ele propõe que um grupo de 17 jovens seja o time da escola e a representem em um torneio. A equipe fica animada e aceita o desafio, porém, acabam perdendo a partida. No entanto, tal situação uniu o gestor e alunos com o intuito de treinar e competir em outras partidas.

Na fala de André, fica explícita a mudança de comportamento dos alunos, esses que antes depedravam a escola, passaram a enxergar o gestor como alguém em quem confiar, que investiu e está ao lado deles para superar os desafios. A ação do gestor foi diferenciada, inclusive, o próprio gestor afirma que o rendimento escolar está totalmente relacionado à

gestão escolar, a forma como os alunos são tratados. Esse relato pode ser correlacionado com uma das competências específicas abordada no livro “Dez novas competências para ensinar” de autoria de Phillippe Perrenoud (2000).

A presença da competência específica “Organizar e fazer evoluir, no âmbito da escola, a participação dos alunos” é nítida quando o gestor afirma que os educandos que antes agiam de forma inadequada, mudaram o comportamento e passaram a oferecer ajuda, como por exemplo, ajudar o gestor a pintar a escola. É a partir de alterações comportamentais como essa que visualizamos que a rebeldia dos jovens está interligada também a falta de acolhimento, ou seja, não se sentem parte do âmbito escolar, e por esse motivo não se veem como corresponsáveis por este espaço.

Diante do exposto, percebemos que a proposta do gestor desencadeou mudanças significativas na maneira dos jovens se comportarem, sendo essa alternativa, a de enxergá-los em suas especificidades, uma das possibilidades de contribuir para o protagonismo juvenil nos processos de ensino e aprendizagem, pois quando a escola demonstra abertura para que os jovens sejam participantes ativos, está estabelecendo uma relação de confiança e apreço, sendo a gestão democrática na escola pública um dos princípios da educação que consta na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9.394/1996.

Neste aspecto, consideramos que a efetivação da gestão democrática e participativa no espaço escolar é uma ação importante para a garantia do protagonismo juvenil, pois é através dela que a instituição escolar poderá pensar coletivamente, com a participação de todos(as), em alternativas para transformar a escola em um ambiente agradável e acolhedor.

Porém, não podemos também deixar de perceber que cada instituição tem seus próprios dilemas, que não consiste apenas na competência dos professores e gestores, pois também tem as questões de infraestrutura e contexto social, ou seja, existe uma realidade plural. Desse modo, cabe nos questionar se as instituições escolares têm dado suporte aos professores para que atendam a diversidade de alunos que chegam à escola. Os jovens têm o suporte para está participando ativamente desse processo educativo?

Alguns dados divulgados recentemente através da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad, 2019), demonstram que no ano passado, 11,8 % dos jovens na faixa etária de 15 a 17 anos estavam fora dos bancos escolares. Nesse sentido, percebemos que o acesso e a permanência dos jovens no ensino médio é um desafio.

Se não bastasse as dificuldades enfrentadas pelos alunos da rede pública de ensino, especialmente os mais pobres, o período de 2021/2022 é marcado por uma pandemia que

atinge todo mundo e neste momento fica ainda mais visível as divergências sociais implicadas na educação.

Diante da pandemia de COVID-19, as pessoas se depararam com uma nova realidade, pois o próprio cotidiano teve que ser reinventado. A rotina de todas as pessoas foi modificada, pois diante da rápida proliferação do vírus, os órgãos de saúde fizeram algumas recomendações para evitar a disseminação da COVID-19, tais como: usar máscaras, higienizar as mãos constantemente, evitar aglomerações, etc. No caso das escolas, estas passaram a adotar as aulas remotas.

Professores(as), educandos(as) e familiares começaram a utilizar a tecnologia da informação e comunicação para desenvolver os processos de ensino e aprendizagem. O espaço da sala de aula presencial ocupou o mundo virtual, sendo reproduzido nas telas dos celulares, tablets, computadores, entre outros meios digitais.

Entretanto, devido a desigualdade social, nem todos puderam acompanhar às aulas de forma remota. Uma parte dos estudantes sem acesso aos meios digitais tinham que se deslocar até a escola para buscar as atividades impressas. Além disso, para muitas famílias a realidade era ainda mais desafiadora, pois compartilhavam um aparelho celular para realizar as atividades remotas com mais de um dependente, ou tinha que negociar o horário de assistir a aula com o trabalho do responsável, como foi o caso de Denise⁵ que na reportagem do G1 afirma que utilizava o celular apenas na terça-feira, que era a folga da sua mãe.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O histórico de desigualdade e acesso a educação formal na história da educação brasileira é algo que tem avançado ao longo dos anos, mas que é perceptível que o problema ainda não foi resolvido, pois não consiste apenas em ofertar um espaço para ministração das aulas, mas também de levar em consideração o contexto social e cultural que nossas crianças e jovens estão inseridos.

As desigualdades sociais continuam presentes na vida de milhares de brasileiros, sendo uma problemática social que perdura no decorrer dos anos. A criação de políticas públicas sociais tem auxiliado diversas famílias a saírem da linha da pobreza. Programas como o Bolsa Família, por exemplo, garantem uma renda para as famílias, incentivando a

⁵ Cf.

<https://g1.globo.com/educacao/noticia/2021/05/03/ensino-remoto-na-pandemia-os-alunos-ainda-sem-internet-ou-celular-apos-um-ano-de-aulas-a-distancia.ghtml>

frequência escolar, uma vez que há o acompanhamento da frequência dos educandos que participam do Programa.

Logo, no contexto escolar é fundamental pensarmos nas juventudes e nos projetos de vida que almejam. O âmbito escolar necessita considerar o/a jovem como um ser movido pelas descobertas, curiosidade, vontade de ser e estar no mundo como alguém capaz de fazer a diferença. Diante disso, enxergá-lo e acolhê-lo, fornecendo o acesso ao conhecimento científico vinculado aos seus contextos de vida, possibilitando que sejam partícipes no âmbito escolar, são alguns caminhos possíveis para criar formas dos(as) jovens exercerem o protagonismo.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Congresso Nacional. Lei no 9.394 de 20 de dezembro de 1996. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, Brasília, DF, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/leis/L9394.htm. Acesso em: 25 jun 2019.

FREIRE, PAULO. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996. Disponível em: <https://nepegeo.paginas.ufsc.br/files/2018/11/Pedagogia-da-Autonomia-Paulo-Freire.pdf> Acesso em: 18 abr. 2023.

GADOTTI, Moacir. **Qualidade na educação: uma nova abordagem**. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2010. Disponível em: http://www.acervo.paulofreire.org:8080/jspui/bitstream/7891/3086/1/FPF_PTPF_12_084.pdf Acesso em: 17 abr. 2023.

GUIZZO, Bianca Salazar. MARCELLO, Fabiana de Amorim. MÜLLER Fernanda. A reinvenção do cotidiano em tempos de pandemia. in: Educ. Pesqui., São Paulo, v. 46, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/ybM6TZ8MvPmdLN8HzqgFZKS/?lang=pt#> Acesso em: 22 abr. 2023.

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática**. São Paulo: Cortez Editora, 2006. Disponível em: https://www.professorrenato.com/attachments/article/161/Didatica%20Jose-carlos-libaneo_obra.pdf Acesso em: 15 abr. 2023.

NUNCA ME SONHARAM. Direção: Cacau Rhoden. Produção: Maria farinha filmes. Brasil, 2017. Disponível em: <https://www.institutounibanco.org.br/iniciativas/nunca-me-sonharam/pt/movies/nuncamesonharam-1.html> Acesso em: 14 abr. 2023.

O desafio de manter jovens no ensino médio, principal obstáculo à universalização da educação. Disponível em:

<https://noticias.r7.com/educacao/o-desafio-de-manter-jovens-no-ensino-medio-principal-obstaculo-a-universalizacao-da-educacao-20062019>. Acesso em: 25 jun 2019.

PNAD. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua**. 2019. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9171-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-mensal.html> Acesso em: 21/04/2023.

PERRENOUD, Phillippe. **Dez novas competências para ensinar**. Porto Alegre: Artmed, 2000.

PIES, Neri. **Processo educacional em Pierre Bourdieu**. Revista Espaço Acadêmico, v. 12, n. 134, p. 40-46, 2012. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/download/17688/9452>. Acesso em: 21/04/2023.

SOUZA, Felipe. **Ensino remoto na pandemia: os alunos ainda sem internet ou celular após um ano de aulas à distância**. Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2021/05/03/ensino-remoto-na-pandemia-os-alunos-ainda-sem-internet-ou-celular-apos-um-ano-de-aulas-a-distancia.ghtml> Acesso em: 21/04/2023.